

Forças Armadas: Uma contradição europeia?

Luís Alves de Fraga
Coronel da Força Aérea

Resumo

O autor analisa em síntese, por um lado, o processo evolutivo da centralização do Poder político e da transição do conceito de soberania e, por outro, como se chegou à noção de interesse ou objectivo nacional, conjugando tudo de forma a entender-se como o Patriotismo está na base da ideologia que suporta o nacionalismo e, por conseguinte, dá forma à vontade de combater das Forças Armadas.

Articulando as anteriores considerações com a constituição da União Europeia, o autor evidencia a necessidade de se começar a traçar os fundamentos ideológicos da formação dos quadros militares das Forças Armadas da UE, em especial os oficiais, propondo uma nova abordagem da História da Europa de modo a que surja uma ideologia uniforme e unificadora dentro da unidade política nascente.

FORÇAS ARMADAS: UMA CONTRADIÇÃO EUROPEIA?*

Luís Alves de Fraga

Coronel da Força Aérea¹

Introdução

No Estado medieval europeu o poder militar era, institucionalmente, um exclusivo do «senhor da terra» ou, por outras palavras, do senhor feudal. Pelo sistema de dependências vassálicas gerado dentro do modelo político de então, o rei, enquanto soberano, agregava às suas próprias forças — ou poder militar — as forças dos senhores feudais, seus vassallos, cujos interesses coincidissem com os que o moviam para a guerra. Afinal, o rei era um par entre pares, facto determinante para o seu poder pessoal assentar no poder económico mais significativo da época: a posse da terra; daí sobressaía a capacidade de gerar obediência ou convergência de interesses na exacta medida em que o rei podia pagar serviços com distribuição de terras (senhorios) aos seus *fiéis* servidores. «Muito tens, muito vales; nada tens, nada vales». A assunção de um conflito alheio como conflito próprio assentava, assim, em três princípios concomitantes: numa obrigação, num interesse e na detenção de um poder militar inferior ao de quem, originalmente, provocava o conflito².

Na passagem para o Estado moderno, o soberano abateu o poder da nobreza — quer na sua vertente económica quer militar — através da centralização de um conjunto de capacidades antes distribuídas por todos os que se assumiam como seus vassallos, mas também — pelo menos potencialmente — como seus pares: julgar e aplicar a justiça, lançar impostos, distribuir benesses, cunhar moeda, negociar com outros poderes soberanos, fazer a guerra. Nesta transmutação, o rei identifica-se com o reino tanto na perspectiva «territorial» como «populacional»: tudo lhe pertence, porque, em última instância, ele é o símbolo do Estado para acabar, na fase mais completa da centralização do poder, por se identificar com o próprio Estado. Neste estádio, o poder militar servia o rei, porque o que era bom para ele era bom para o Estado, ou seja os

* A leitura do presente ensaio ganharia se fosse antecedida da de um outro por nós publicado nas páginas desta mesma revista e subordinado ao título «Universidade das Forças Armadas e Ensino Superior Militar», saído no n.º 8/9, Agosto/Setembro, 2003, pp. 771-790, visto que, de certa forma, se complementam.

¹ Sócio efectivo da Revista Militar, licenciado em Ciências Político-Sociais, Mestre em Estratégia, Professor da Universidade Autónoma de Lisboa.

² Este princípio não constituía regra, porque casos houve em que se verificou o contrário; contudo, o «gerador» do conflito tinha vantagem em associar à sua causa parceiros de menor capacidade militar para evitar que o interesse do mais forte subvertesse a razão profunda do confronto.

interesses do Estado identificavam-se com os do soberano e vice-versa. A maior de todas as semelhanças entre o Estado feudal europeu e o Estado moderno residiu no facto de o poder militar continuar a estar ao serviço de interesses; antes, dos senhores feudais, agora, do monarca.

A Revolução Francesa institucionalizou, no final do século XVIII, o princípio de a soberania residir no Povo, atribuindo ao Chefe de Estado um papel, por vezes, meramente simbólico³. Todavia, o Povo soberano é um conceito de pouca ou nenhuma operacionalidade política. Assim, para além de se delimitar quem era «Povo»⁴, o voto, a separação de Poderes e a institucionalização de órgãos gestores do Estado substituíram o antigo monarca e soberano pela Nação. Às forças militares deixou de se lhes pedir que morressem para defender os interesses do soberano e monarca — em alguns casos, do Estado —, para se lhes reservar a honra de, se preciso fosse, morrerem pela Nação, ou seja, pela comunidade e pela defesa dos interesses desse mesmo agregado social. No fundo, há séculos — quiçá há mais de um milénio ou mesmo desde sempre — os militares combatem, morrem e matam por interesses que muito raramente coincidem com os seus próprios, enquanto grupo organizado. Nisso encontraram sempre motivo de orgulho e de mérito ímpar. *Dulce et decorum est pro Patria mori*.

Sendo verdade para qualquer cidadão o quão honroso pode ser dar a vida pela Pátria, imprescindível é que tal princípio seja indeclinável pelos oficiais a quem compete o enquadramento, a instrução e o comando de todas as tropas. Pelo menos foi essa, até à actualidade, a linha geradora da socialização militar dos quadros permanentes das forças militares⁵!

Os militares e o interesse nacional

Como vimos antes, os militares, pelo menos desde a Idade Média, sempre se bateram, arriscando a vida — bem mais precioso de qualquer Homem — para satisfazer um interesse que alguém, ou um conjunto de pessoas, tinha, modificando-o numa razão suficientemente forte e nobre, capaz de mobilizar para a emulação mais absoluta, se

³ Situações houve em que ao monarca era reconhecido o direito de ser o chefe do Poder Executivo, situando-se na assembleia representante do Poder Legislativo uma *maior quantidade* de soberania visto ser o grupo saído do sufrágio popular.

⁴ Desde a *imperfeita* democracia grega à actualidade, a noção de Povo soberano — ou seja, Povo com capacidade electiva capaz de influenciar as decisões daqueles que o representa — tem sido condicionada de acordo com interesses de subgrupos menores com peso maior na comunidade nacional.

⁵ A este propósito consulte-se o nosso trabalho intitulado «O Processo de Socialização Militar na Academia da Força Aérea e a Nação - Lição Inaugural na Abertura do Ano Lectivo da AFA 92-93» in *Mais Alto - Revista da Força Aérea*, n.º 280, Novembro/Dezembro 1992, pp. 4-8.

necessário fosse. Depois da Revolução Francesa assumiu-se que os militares combatem pela defesa dos interesses nacionais.

Até há bem pouco tempo, os tratadistas políticos e os estrategistas europeus, em consonância com os dos restantes continentes, dividiam os interesses nacionais⁶ em dois grandes grupos: permanentes e transitórios. Nos primeiros cabiam, no topo da enumeração, a defesa da independência e da soberania, ou seja, a permanência da vontade de se continuar a Nação como um Estado capaz de emparceirar, na ordem externa, em pé de igualdade, com outros Estados.

Não era despidianda esta classificação, na tentativa de ultrapassar objectivos estabelecidos por partidos políticos — no caso dos regimes democráticos — de modo a dar forma e consistência duradouras a tudo aquilo que se sobrepõe ao mero jogo de conquista do Poder. A persistência, no tempo e no espaço, dos interesses nacionais permanentes tem de ser um objectivo supra partidário, capaz de congrega a comunidade nacional para aquilo que a uniu, a une e se espera venha a unir no futuro próximo e distante.

Na primeira linha da defesa dos interesses nacionais permanentes estão, como fiéis depositários da vontade popular — ou, se se preferir, da vontade comunitária ou social ou, ainda, nacional —, os Políticos, independentemente das ideologias professadas. A eles compete traçarem políticas e estratégias que preservem os interesses nacionais. Na segunda linha, estão os Diplomatas (em sentido amplo) como agentes autorizados e especialistas da negociação, cabe-lhes prosseguir e dar corpo às políticas e estratégias, no plano internacional, definidas pelos Políticos detentores da legalidade e legitimidade nacionais. Todo o «negócio» com entidades privadas ou públicas não pode — não deve — beliscar os interesses nacionais permanentes. Na terceira linha, estão as Forças Armadas cuja obrigação se distribui segundo dois grandes vectores: um, desenvolvendo modelos de dissuasão impeditivos de transformar potenciais adversários em inimigos reais; outro, mantendo um dispositivo de forças aptas a, isoladas ou em aliança, fazer prevalecer intocáveis e inalteráveis os interesses nacionais face à concretização da ameaça de um ou vários agressores.

Vê-se, assim, que a cultura dos interesses nacionais se faz, pelo menos, em três grupos distintos de servidores do Estado ou, melhor dizendo, da Nação: o dos Políticos, o dos Diplomatas e o dos Militares. Ora, só se pode cultivar o que se conhece, razão

⁶ Concretizados e materializados em Objectivos Nacionais.

pela qual é imprescindível manter viva, no seio deste grupo, a aprendizagem dos valores mais elevados e mais puros do nacionalismo actuante, os quais se consubstanciam em uma palavra, entre nós, um pouco esquecida e quase obsoleta: Patriotismo⁷.

O Patriotismo vive-se na consciência do quotidiano, isto é, no contacto desapaixonado, mas interessado, das problemáticas da sociedade na qual se está inserido; consolida-se no estudo da História Nacional⁸ e dos valores que permitiram a perenidade do grupo; e, por fim, na prática de exercícios que conduzem à capacidade de, nos diferentes ambientes onde se trava a luta pela defesa dos interesses nacionais, saber encontrar a resposta mais adequada às ameaças possíveis. Eis o motivo pelo qual as Forças Armadas constantemente se preocupam com o seu grau de prontidão; essa é a meta que garante ao Povo que pode dormir descansado, porque no futuro próximo as suas aspirações de vivência em circunstâncias semelhantes às do passado se mantêm salvaguardadas. Mas, para que no seio das Forças Armadas haja a vontade de estar apto para a defesa dos interesses nacionais permanentes, na instrução dos seus quadros, em especial dos seus oficiais, o estudo da História Nacional é prioritário⁹. Uma Força Armada Nacional que desconhece as razões profundas pelas quais podem vir ser chamadas ao sacrifício total abdicam facilmente dele e não serão mais do que mercenários prontos a venderem os seus serviços a quem melhor os remunerar.

União Europeia: subversão de princípios?

Quando, nos anos 50 do século passado, a Comunidade Económica Europeia (CEE) surgiu e ganhou peso enquanto entidade com carácter internacional, nenhum dos pressupostos da vida entre os Estados e Nações do Velho Continente sofreu qualquer alteração profunda. Acertaram-se políticas económicas comuns, abateram-se fronteiras, permitindo uma maior e mais livre circulação de pessoas e mercadorias, concertaram-se medidas de protecção social para os trabalhadores, mas mantiveram-se, no geral, os

⁷ Infelizmente, o uso, mas especialmente o abuso, da palavra pelos responsáveis políticos do Estado Novo — modelo governativo assente no autoritarismo e na exacerbação do nacionalismo — conduziu a «envergonhar» a sua utilização após ter sido reposta a democracia política em Portugal, em 1974. A própria admissão posterior na Comunidade Europeia veio contribuir para apagar este vocábulo do léxico nacional.

⁸ É importante, desde já, deixar claro que, para efeitos do desenvolvimento deste ensaio, consideramos que a História não está descomprometida da elaboração das ideologias políticas; bem pelo contrário, sempre houve e haverá historiadores capazes de escamotear os dados ou as *leituras* do passado que desfavorecem esta ou aquela interpretação para encontrarem a que melhor justifica os ideais em que acreditam. Deste modo, a História é um instrumento da Política, servindo a esta para dar *sólida* consistência às razões por ela defendida. O historiador é sempre um *contador de passado* comprometido com um determinado presente ou um futuro que entrevê melhor. Querer aceitar o contrário é, quanto a nós, dar razão ao aforismo popular, porque o Sol não se esconde com uma peneira! A História e o historiador «descomprometidos» são aqueles que não fogem à objectividade dos factos, embora o relevo relativo que lhes atribuem possa ser diferente consoante as *sensibilidades* de quem os interpreta.

⁹ Muitas vezes, o estudo a que nos referimos nem precisa de ser objectivamente feito com base em disciplinas claramente identificadas como do âmbito da História; basta que existam mecanismos de cognição que conduzam à convivência com os valores que se pretendem exaltar.

esteios sobre os quais assentavam a independência e a soberania dos Povos nacionais. Sabemos que, para dar corpo a algumas políticas económicas desenvolvidas em comum, se derogaram uns quantos princípios definidores da soberania dos Estados. Foram de pequena monta e, acima de tudo, não beliscaram no mais essencial os valores tradicionais recebidos da Revolução Francesa. Aliás, na primeira fase da CEE, foi possível a sua «construção» por haver elevada consonância entre os interesses nacionais dos Estados fundadores, já que a existência da Comunidade fazia prever excelentes condições de crescimento e, por conseguinte, de bem-estar. Puderam, deste modo, sacrificar-se pequenos vectores das soberanias nacionais, a grandes linhas condutoras à abundância e segurança económicas.

O correr do tempo, o êxito das políticas praticadas, o desejo de aprofundar e ampliar o mercado europeu e a ambição de continuar a desempenhar um papel significativo na área internacional e global — em concorrência mascarada com os Estados Unidos da América — conduziram a que houvesse um aprofundamento do estatuto da CEE, modificando-o. Quando de uma comunidade de interesses essencialmente económicos se transitou para uma união política com objectivos que transcendiam em muito os anteriores, naturalmente passou a estar-se perante uma nova realidade, exigindo novas posturas por parte dos Estados. Uma delas implica a alteração do conceito de soberania.

É sabido que a União Europeia pretende assumir-se como uma unidade política com um grau de soberania superior ao dos Estados que a integram. Algo que, de alguma forma, se assemelha — salvaguardadas todas as distâncias que a prudência aconselha — à centralização do Poder, ocorrida no final da Idade Média e que definiu a Idade Moderna: a «soberania» do senhor feudal subordinou-se à do monarca até desaparecer, esbatendo-se no estatuto de nobre, senhor da terra, mas dependente dos favores reais. Olhada à luz da época e segundo a perspectiva feudal, a centralização do Poder real foi uma *subversão* da ordem instituída; foi uma nova ordem, face a outra que se queria caduca para benefício do monarca.

Se olharmos a actualidade através das «lunetas» herdadas da Revolução Francesa concluímos, sem dificuldade, o quanto a União Europeia é uma *subversão* da ordem interna e da ordem externa dos Estados soberanos. E nem se pode invocar exemplos de Uniões ou Federações existentes no continente americano, porquanto essas

se assumiram como «revoluções» libertadoras de uma subjugação colonial que, por coerência, teriam de romper com o modelo de onde provinham.

A União Europeia ao *subverter* o modelo herdado e consolidado de Estado, através de um aprofundamento da prática de uma soberania «superior», *subverte* concepções centenárias nos Estados e Nações do continente. Uma delas é, sem sombra de dúvida, a do Patriotismo. A Europa encontra-se em fase de abandono das Pátrias para avançar rumo a um novo conceito que, por não estar claramente definido nem ser absolutamente consensual, ainda se busca qual cego no labirinto de Creta. Contudo, há que ter em consideração que os nacionalismos definidores dos Estados ainda não foram enterrados. Basta recordarmo-nos da discussão entre Guterres e Aznar, aquando da negociação do acordo de Nice ou de outros que a catadupa de informações apaga rapidamente da memória colectiva¹⁰. Ora, como vimos anteriormente, a formação mais enraizada dos militares tem vindo a ter assento nos valores que definiram a Nação e/ou a Pátria (como conceito sublimado e sublimador do conceito de Nação); face à *subversão* em curso e que todos os políticos «euro-crentes» defendem, coloca-se, com profunda acuidade e pertinência, a questão de saber sobre que pilares deverá assentar a base formativa dos militares — e em especial dos oficiais das Forças Armadas — desta Europa *subvertida*. Nos velhos conceitos de Patriotismo nacionalista que vêm do século XIX? Nesse caso está-se a corromper, por dentro, a evolução tão desejada por todos aqueles que defendem a União Europeia como futura unidade política supranacional. Gera-se, propositadamente, o vazio formativo nos novos quadros militares? É sabido que a Natureza tem horror ao «nada»; ele há-de ser preenchido por uma qualquer ideia ou ideologia. Será a acertada e conveniente?

As interrogações não as deixamos nem por mero prazer retórico nem para embaraçar um projecto tão amplo como o da construção europeia — seria, aliás, estultícia descabida imaginar que a nossa voz e os nossos receios pessoais pudessem chegar tão longe e tão alto!

Anima-nos — isso sim — a vontade de alertar para a necessidade de, nos encontros entre militares da União, se começar a equacionar o problema da educação castrense dos futuros oficiais, tendo presente que só combate com ânimo e vontade de chegar ao sacrifício supremo todo aquele que se bate por uma razão ideológica na qual

¹⁰ Realmente, foi recordada a batalha de Aljubarrota e toda a tendência hegemónica de Castela sobre Portugal, demonstrando como continuavam vivos os valores da independência nacional quando se discutiam e negociavam patamares condutores a uma união de interesses.

acredita ou, por outras palavras, quando por trás do combatente está um ideal. Será que os responsáveis militares portugueses poderão tornar-se os pioneiros nesse diálogo necessário e enriquecedor?

Um ideal para os militares da União Europeia

Poderá ser cedo para começar a esboçar caminhos a trilhar na educação castrense dos militares da União. Poderá, porque, como está à vista de todos, as políticas económicas, sociais e financeiras resultam ainda de perspetivações nacionais, onde os maiores Estados procuram estabelecer laços de hegemonias e superioridades. A Alemanha e a França disputam a orientação política, mas a Grã-Bretanha, ciosa das suas velhas prerrogativas de grande potência mundial, interpõe-se, interpondo o peso do seu entendimento político com os Estados Unidos; por outro lado, Estados, até há pouco de pequena importância e valia no continente, começam a disputar — por si próprios ou por iniciativa dos grandes potentados da Europa — as segundas posições. Quer dizer, tudo se traça e define, por enquanto, na linha dos interesses nacionais que, ao contrário de estarem adormecidos, estão bem vivos e presentes ainda que, politicamente, seja pouco correcto invocá-los. Desta forma, parece difícil — e a experiência demonstra-o à saciedade — o avanço para o encontro de vectores de definição de uma política externa comum. Todavia, se se deseja, na Europa, caminhar para a construção de uma unidade política do tipo Federação, o passo mais difícil, mas fundamental, tem de ser o da elaboração de uma política externa comum, o mesmo é dizer que os interesses nacionais — tal como os entendemos e são praticados ainda agora — terão de transitar para um plano secundário face a interesses federais superiores e mais abrangentes. Na nossa opinião, só após terem sido lançados os alicerces da política comum será possível falar de uma política de defesa comum, já que esta advém, como vimos anteriormente, da prévia definição dos interesses a salvaguardar. Poder-se-á, no presente, falar de cooperação militar entre Estados, mas não será mais do que isso mesmo, na exacta medida em que os aspectos fundamentais se continuam a centrar na defesa dos interesses das Nações. Podemos, então, deixar a pergunta: sobre que ideais deverão começar a ser educados os futuros oficiais de umas Forças Armadas europeias?

A resposta é quase impossível de conceber, mas é imperativo que se vá esboçando.

Se tomarmos como ponto de partida a análise do que ainda acontece nos Estados europeus, percebemos como se constrói o edifício da ideologia nacional: os

seus caboucos vão procurar o conflito, em especial de natureza militar, para, na exaltação da vitória, justificar o desejo de vivência comum definidor da Nação. Aliás, se buscarmos os fundamentos da ideologia enformadora do espírito nacional dos Estados Unidos da América — paradigma de uma Nação federal construída na base dos retalhos sociais com as origens mais díspares que é possível imaginar —, encontramos, em primeiro lugar, a guerra da independência, depois, a luta contra os «terríficos» Índios, em seguida, a guerra civil como processo de separar os «bons dos «maus», depois as guerras de expansão sobre os territórios tradicionalmente pertencentes aos Mexicanos — gente «indolente», mais própria para servir do que para mandar — e, como cúpula deste *edifício*, a participação na 1.^a e 2.^a Guerras Mundiais — dando, por razões óbvias, especial ênfase à luta no Pacífico contra os Japoneses —, a guerra da Coreia, do Vietname e as guerras contra o Iraque. Quase a par deste processo, no qual o conflito bélico foi a «personagem» central, assistimos à exaltação da bandeira como símbolo onde se plasmam os sentimentos de unidade social, amor e gratidão aos valores supremos de uma Pátria edificada sobre o sangue dos seus filhos. Foi assim que se cimentou o nacionalismo em uma unidade política com pouco mais de duzentos anos de existência!

Enfaticamente, repetimos: como se porá de pé uma ideologia capaz de unir os Europeus à volta da *sua* Europa? Ter-se-á de optar por um modelo feito a partir do pacifismo? Ter-se-á de gerar um conflito à medida dos actuais interesses da União?

Na impossibilidade e inconveniência da resposta à última pergunta, parece-nos, resta apenas centrarmo-nos na História da Europa e *encontrar* os elementos que *unem os Povos*, deixando para o esquecimento todos aqueles que os apartaram. É um trabalho a realizar de raiz, mas concertado com os Governos dos Estados da União. As diferentes Escolas de formação de quadros militares têm de adoptar em conjunto e sem reticências a História desse passado comum, começando a esbater para um plano secundário a que respeita e desenvolve o Patriotismo próprio de cada Estado. Para que a Europa da moeda Euro não seja uma ficção de Políticos sentados à mesa de conversações, tem de adoptar uma História que se transforme no ponto de partida de uma ideologia política com capacidade de aglutinação dos militares, dispostos a defender os superiores interesses deste Estado supra nacional. Esse poderá vir a ser o primeiro passo conducente a uma educação e instrução militares comuns; não vão ser a tecnologia, a estratégia ou a táctica os ensinamentos fundamentais e basilares das Forças Armadas da

Europa! Não. Ou se começa pela ideologia ou nunca se terá mais do que um bando armado de nacionalistas prontos a «esconderem-se» por trás dos interesses dos seus Estados de origem quando para tal receberem ordem dos Governos a quem reconhecem toda a legitimidade. Poderemos, então, vir a ter mais uma guerra no Velho Continente. Um conflito que, nesse caso, terá todas as características de guerra civil à luz dos ideais que agora norteiam os Políticos interessados na construção da União Europeia¹¹.

Uma História comum para uma ideologia comum

Não será difícil encontrar a História da unidade Europeia¹². Para tanto, é suficiente esquecer os «grandiosos» feitos sobre os quais se construíram as Nações, talvez alguns Estados — pensamos, em especial, na Espanha, Alemanha, Itália, Grã-Bretanha e Bélgica —, para exaltar o facto simples, mas extraordinário, de ter sido na Europa que nasceu o modelo cultural, político e social que acabou por se impor a quase todos os povos do planeta.

Tal epopeia começou na Grécia Antiga, passou pelas colónias de Cartago, fixou-se em Roma, expandiu-se por toda a Europa. Depois de séculos, durante os quais o cristianismo moldou e afeiçoou hábitos e costumes por vezes antagónicos, mas sempre dominados por interesses em oposição, há que reconhecer o profundo papel do comércio mediterrâneo como traço de entendimento entre o Oriente distante e o «mundo» islâmico desenvolvido pelas cidades-Estado italianas; ter-se-á de evidenciar a Expansão Marítima Portuguesa como um importante contributo para a mundialização e fundamental para todo o processo posterior; igualmente o domínio da América Central e parte da do Sul pelos Espanhóis não pode deixar de ter lugar de destaque na História dos Povos europeus; na peugada da Expansão Portuguesa vêm, nos séculos XVII e XVIII, a Inglesa e Holandesa que levaram tanto ao Oriente como ao continente americano novas ideias e outros colonizadores; foi, ainda nesses dois séculos que os grandes pensadores e ideólogos europeus traçaram e definiram os princípios sobre os quais se construíram os ideais democráticos da modernidade e afirmaram a Liberdade, a

¹¹ E uma «guerra civil» na União poderia conduzir, efectivamente, a uma de duas situações: ou ao desmembramento da União, voltando-se às Nações e à consequente «miséria» económica daí resultante — o que traria, no plano estratégico, largas vantagens para a economia dos EUA — ou à separação dos «bons» dos «maus», garantindo aos primeiros a total hegemonia na condução de um processo federativo com o total aniquilamento dos nacionalismos herdados de há centenas de anos.

¹² Aliás, em 1990, conscientes da necessidade de encontrar o que há de comum na, então, Comunidade Europeia, onde imperavam e imperam idiosincrasias díspares, editores de vários Estados, propuseram a Jean-Baptiste Duroselle a coordenação de uma *História da Europa*, publicada entre nós, no ano de 1990, pela acção conjunta do Círculo de Leitores e Publicações Dom Quixote. O historiador francês orientou o seu trabalho e o dos colaboradores para os aspectos comuns e unificadores. Não foi exaustivo, mas deixou já a marca do que pode e deve ser feito nos primeiros anos do século XXI. Assim, a ideia que vamos de seguida expor só tem de original o facto de estar centrada na formação dos oficiais das Forças Armadas da União.

Igualdade e a Fraternidade como pontos cardeais de uma rota a seguir para se alcançar a mais ampla dignidade da vivência do ser humano; na 19.^a centúria, a Bélgica, a Grã-Bretanha, a Alemanha, a França, a Itália «redescobrem» o continente africano e «obrigam» Portugal e Espanha a definirem um novo tipo de relação com o interior de África, levando as vantagens dos grandes avanços tecnológicos aos Negros, mas, em simultâneo, ensinando-lhes a cultura europeia e sujeitando-os aos inconvenientes de uma exploração financeira que lhes era desconhecida; no mesmo século a França, a Grã-Bretanha e a Holanda consolidam-se como potências orientais, estendendo o seu domínio desde a Índia à Indochina; por fim, foi ainda a Europa que, na sequência da 2.^a Guerra Mundial, fez nascer, acicatada pelos mais profundos desejos das elites coloniais, novos Estados, os quais, na sua grande maioria, na falta de poderem constituir-se em verdadeiras Nações, adoptaram a língua e os aspectos mais fundamentais da cultura dos colonizadores.

Será a História desta Europa virada para fora e baseada nos seus valores religiosos, filosóficos e científicos que, por vontade dos Homens, deverá ser elevada à condição de ponto de partida para o esbatimento dos nacionalismos que a dividem, encontrando tudo aquilo que a une, a tipifica e fez dela o grande ponto de referência, o grande paradigma, da cultura mundial. Poderá — deverá, talvez — ser esta a História a ensinar nas Academias Militares europeias, por forma a irem definindo-se os esboços da ideologia sobre a qual nascerá o *novo* oficial das Forças Armadas da União; um oficial, no mínimo, bilingue — convenientemente trilingue —, tecnicamente formado segundo uma doutrina comum a todas as Escolas de quadros, e capaz de só se sentir mobilizado para a defesa dos superiores interesses da União; um oficial pago por um orçamento da União, capaz de servir em qualquer aquartelamento do espaço geográfico desta nova Europa sem sentir que nessa mobilidade está a atraí-lo a *Região*-Estado onde nasceu, por ali residirem os seus pais.

Tal como já antes dissemos, se a União Europeia *subverteu* conceitos no Velho Continente, então é preciso, para que o sonho seja uma realidade e para que a *subversão* não seja só isso mesmo, levar mais longe e mais ousadamente as alterações num dos três pilares — o militar — que sustentarão a defesa e a integridade da super soberania de um espaço e de um Povo que se juntou por vontade das elites políticas à espera de verem referendada por cada cidadão europeu o acto que as motivou.

Março de 2005